

Capítulo 8

A Questão dos Modelos de Análise e o Futuro da Psicologia Social

Almir Del Prette

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

A Psicologia social tem sido freqüentemente qualificada de jovem. Alguns que assim a referem, certamente o fazem procurando ressaltar as potencialidades da nossa disciplina. Observa-se, porém, que em parte a ênfase sobre a juventude da Psicologia Social representa um certo desculpismo sobre o que esta ainda não realizou, mais do que, propriamente, aquilo que ela pode realizar. Em outras palavras, defende-se a disciplina com o discurso de que ela se encontra, ainda, em estágio prévio ao da maturidade e enquanto não ocorrer a sua maturação, esta necessariamente conviverá com seus principais dilemas e os psicólogos que atuam nesse campo, estarão, considerando-se verdadeiro tal raciocínio, razoavelmente descompromissados com as cobranças, sejam elas internas ou proveniente de outras áreas.

Reverendo alguns pontos importantes na constituição da Psicologia Social enquanto disciplina científica é o caso de se indagar se a ênfase na sua pretensa juventude ainda se sustenta. Foi Durkheim (1972) quem estabeleceu uma nítida distinção entre Psicologia e a Sociologia. Para esse autor, caberia à Psicologia, em particular à Psicologia Social o estudo das relações sociais em seu sentido genérico. Tal separação, aceita como um tratado axiomático, influenciou gerações de psicólogos e sociólogos, mas não se sustentou indefinidamente. Influenciados pelas noções durkheimianas, os psicólogos acabaram por produzir uma psicologia asséptica, distanciando-se mais e mais do *socius* e, os sociólogos acabaram abstraindo, nas suas explicações, os aspectos psicológicos presentes nos fatos sociais (Del Prette, 1994).

Quanto à longevidade da Psicologia Social, um olhar sobre seu passado mostra que os primeiros manuais de ensino dessa disciplina datam de 1908, alcançando, portanto, quase 90 anos. As primeiras pesquisas sobre atitude remontam há mais de meio século, ou, mais precisamente 67 anos, e o livro de Floyd Allport, que direcionou a Psicologia Social para uma abordagem individualista, já chega à casa dos 72 anos.

Poderíamos alongar essa listagem, no entanto é preferível encerrá-la com uma anotação que pode ser curiosa e ter um caráter de novidade pelo menos aos neófitos na área. Trata-se do termo "Psicologia Social", que teria sido utilizado, em primeira mão, segundo

Doise (1985), em 1863, por Carlo Cattaneo. Cattaneo, um pesquisador italiano, já defendia, àquela época, a natureza interpessoal do desenvolvimento cognitivo. Portanto, há 133 anos, classificou-se um estudo, de forma apropriada, diga-se de passagem, como inerente ao campo da Psicologia Social. Qualquer ciência precisa gerar conhecimento e os conhecimentos têm por objetivo apresentar explicações para os fenômenos estudados. A explicação trata sempre de responder à pergunta "por que?". Ela será sempre mais completa se conseguir incluir o fenômeno estudado em uma teoria ou sistema ou se formular uma teoria a partir dos achados empíricos. A explicação em Psicologia Social, embora mais abrangente em seu início, pouco-a-pouco foi se caracterizando por uma multiplicidade teórica ao invés da busca de sistemas abrangentes.

Assumir, enfim, que a Psicologia Social já não é tão jovem como dizem alguns, não é tudo, mas, talvez, possa representar um pequeno passo para o compromisso de solidariamente, nos responsabilizarmos quanto ao desenvolvimento e destino de nossa ciência. Em grande parte, à medida em que se produz uma reflexão sobre uma disciplina científica, com base na sua história, especialmente a partir de seus principais paradigmas e modelos, abre-se uma possibilidade de que alguns sinais perceptíveis de esgotamento e mudança sejam deixados à descoberto, favorecendo a discussão e a análise. Tal exposição teórica pode ainda identificar as controvérsias e contraposições entre paradigmas e contribuir, dessa forma, para o desenvolvimento da disciplina.

Neste trabalho, o objetivo principal é o de expor brevemente os principais paradigmas identificáveis na Psicologia Social. Ao longo de sua história, a Psicologia Social evoluiu basicamente em torno de dois eixos, o cognitivista e o individualista, que, a nosso ver, não obstante seus frutos, através da imensa produção, mostram claros sinais de esgotamento. Identifica-se, mais recentemente, a emergência de um novo paradigma, o interacionista, que busca superar parte das dificuldades geradas pelos anteriores.

1. A tradição cognitivista

Essa tradição alcançou um notável desenvolvimento e tem sua origem em Descartes. Ela tem como axioma o "*cogito ergo sum*", daí derivando duas reduções: a subjetivista e a individualista.

A Psicologia Social incorporou a tal ponto o cognitivismo que, considerando-se uma grande parte de suas teorias, poder-se-ia dizer que nessa perspectiva assemelha-se a uma irmã menor da Psicologia da Personalidade. Menor, e de certa maneira enfeitada, pois a absorção de seus principais achados e constructos hipotéticos, que poderiam

contribuir na formação de um sistema amplo, orientado para a compreensão do homem, tem sido bastante restrita ou inexistente

Por outro lado, o reducionismo cognitivista não tem conseguido responder e integrar diferentes níveis de conhecimentos obtidos no âmbito da disciplina ou em disciplinas próximas. Tomemos, como exemplo, a teoria da dissonância cognitiva, que durante tanto tempo exerceu uma extraordinária atração na Psicologia Social. Essa teoria centra-se na análise do conflito e resolução de conflitos cognitivos, mas ela não consegue integrar pensamento e ação. Mais ainda, ela sugere um primado do pensamento e da adaptação intra-individual sobre a ação manifesta e a busca de mudanças nas relações interpessoais e intergrupais. Analisando a teoria, verifica-se que ela não dá margem a uma explicação que possibilite, ao indivíduo, partir de outras cognições em direção a uma mudança da realidade em que vive. Pode-se dizer que ao indivíduo resta-lhe, quase unicamente, mudar as próprias cognições afim de restabelecer a harmonia perdida. Ora, as decisões que os indivíduos tomam, mesmo em relação aos objetos físicos como, por exemplo, assistir ou não determinado filme, comprar ou deixar de comprar um computador, votar em um ou outro candidato em um pleito eleitoral, etc, não podem ser consideradas como decisões a-sociais. Em sua maior parte, muitas delas são produzidas por induções e até mesmo injunções do sistema social, cuja dinâmica influencia o comportamento das pessoas.

Enfatizar excessivamente a harmonia subjetiva, dando pouco valor à relação pensamento-ação é trabalhar a favor da noção de que a Psicologia ajuda as pessoas a alterarem suas cognições para que estas fiquem em paz, sob condições de uma vida muitas vezes opressora. Esse tipo de raciocínio facilmente provê material para se denunciar o conteúdo ideológico da disciplina. Na realidade, quando a dissonância decorre de decisões que deixam o indivíduo em condições sociais desvantajosas (comparativamente a sua situação anterior ou ao que seria esperado para uma vida digna), a resolução do mal-estar subjetivo quase sempre passa por mudanças concretas na situação de vida. Através da ação individual ou coletiva muitos conseguem obter mudanças na desvantagem socialmente imposta (DelPrette, 1990a, b, 1991) ou derivada de escolhas inadequadas, e, com isso, voltar ao estado de bem-estar cognitivo.

A tradição cognitivista busca explicações para os fenômenos sociais no intra-individual. Convém salientar que uma ampla variedade de fatos sociais estudados pela Psicologia Social não pode ser explicada unicamente pelos processos cognitivos. Exemplos típicos são os movimentos sociais, as influências minoritárias, a competição e cooperação entre grupos, etc.

Para Turner (cf. Duck, 1980), seria mais do que politicamente ingênuo os psicólogos sociais suporem que o preconceito racial ou conflito entre grupos tenham uma origem

puramente psicológica. Tal suposição levaria a expectativas e crenças irrealistas sobre a Psicologia Social em termos de objetivos, aplicação e contribuição à vida social.

As principais críticas que se fazem ao cognitivismo predominante na Psicologia Social consistem no seu excessivo aporte ideológico (Sampson 1981) e, também, no fato de que seus principais achados e *insights* não dão conta dos aspectos sociais amplos que têm uma influência direta sobre os processos psicológicos dos indivíduos.

2. A tradição individualista

Em 1908 vieram a lume dois livros considerados por muitos como marcos constituidores da Psicologia Social enquanto disciplina científica. Um, o de William McDougall, tinha uma orientação nitidamente instintivista e portanto individualista. O outro, o de Edward Ross apresentava uma ênfase muito especial no papel da cultura sobre os determinantes sociais do comportamento humano.

Ao que tudo indica o contexto sócio-cultural em que foram lançados (a predominância do funcionalismo e do pragmatismo nas ciências e sociedade americana) foi, em grande parte, responsável pelo êxito editorial do primeiro e o insucesso do segundo. Pode-se dizer que Ross praticamente só é lembrado, quando se registra a história de nossa disciplina. Por outro lado, McDougall ainda é bastante citado e suas sucessivas reedições desempenham um papel marcante, em especial nos estudos sobre mente grupal.

Após McDougall, Allport se encarregou de reafirmar e maximizar a orientação individualista na Psicologia Social. Allport (1924) afirmava que, ao sair pela rua, nunca havia tropeçado em um grupo ou sociedade e que estes eram meramente uma falácia ou ficção.

Essa posição individualista encontrou, pouco tempo depois, vozes discordantes. Algumas delas partiram dos psicólogos que, na ascensão do nazismo da Alemanha, emigraram para os Estados Unidos. Falamos principalmente de Lewin, Asch e Sherif. A discordância se fez chegar também de outras partes do mundo. Muitas foram as críticas endereçadas pelos psicólogos sociais europeus (Billig, 1976, Moscovici, 1972; Tajfel, 1972) aos seus colegas da América, reafirmando, em outras palavras, as posições daqueles que anteriormente haviam se deslocado para trabalhar nos Estados Unidos. De dentro do próprio sistema, outros psicólogos como Steiner (1974), Maass e Clark III (1984) se fizeram ouvir apontando a necessidade da Psicologia Social se redirecionar para o social.

Kurt Lewin desenvolveu, a partir de 1938, uma linha de pesquisa com grupos que produziu um grande impacto na Psicologia. Apesar dos trabalhos terem atraído a atenção de

muitos pesquisadores, chegando-se a criar uma disciplina própria, a "Dinâmica de Grupo", a visão predominante era a do estudo do comportamento do indivíduo no grupo. A perspectiva do comportamento intergrupar, contrapondo-se ao interpessoal, embora antevista por Sherif (1967), não logrou alcançar uma tradição facilitadora de estudos de caráter intergrupar. Ao contrário, observou-se um encolhimento do social e das pesquisas com grupo, a tal ponto que Steiner publicou em 1974 um artigo em que perguntava o que havia acontecido com o grupo na Psicologia Social.

A tradição individualista acaba, portanto, priorizando a interação diádica, mesmo quando se propõe a estudar temas reconhecidamente de natureza psicossociais como o comportamento político e a ação coletiva.

Muito embora a orientação individualista tenha, tanto quanto a vertente cognitivista, obtido um acúmulo extraordinário de produção científica, ela não conseguiu responder ao dilema da Psicologia Social, de integrar as categorias indivíduo e sociedade.

3. A posição interacionista

Descontentes com as orientações reducionistas do individualismo e do cognitivismo, um grupo de psicólogos próximos a Tajfel (University of Bristol, Inglaterra) e a Moscovici (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris), vem procurando desenvolver abordagens em que o social e o psicológico recebam as mesmas atenções nos estudos. Moscovici contrapõe-se à base funcionalista dos estudos em influência social com uma visão que denominou de genética ou interacionista (DeLPrete, 1995). O interacionismo, em relação à influência social, se opõe à noção corrente (Asch, 1960) de que a influência social ocorre assimetricamente, da maioria para a minoria (Moscovici, 1979). O interacionismo começa por negar a existência de um indivíduo puramente biológico e parte do pressuposto de que há uma relação inequívoca entre os processos psicológicos e as interações sociais (Doise e Mugny, 1981; Doise, 1985; Moscovici, 1978, 1980, 1984; Mugny e Carugati 1990; Mugny, De Paolis e Carugati, 1984; Kães, 1984).

Em termos da tradição cognitivista, o interacionismo defende a hipótese do surgimento da mente individual a partir da interação entre processos biológicos e sociais. O "Eu penso", de Descartes, como eixo orientador ideológico na Psicologia, deveria ser substituído, na proposta de Sampson (1981) pelo "Nós pensamos". Isto não significa o abandono da pesquisa sobre os processos psicológicos intra-individuais mas uma orientação em que se considere a interação entre esses fenômenos e os de natureza social.

É nessa direção que Doise (1984) recupera a crítica de Wallon e Vygotsky a Piaget, quando aqueles autores apontam que a posição piagetiana estaria equivocada ao assumir um individualismo absoluto na observação da criança abstraindo-a de seu meio social. Doise e Mugny (1981) e outros trabalham em Genebra sobre o que se denomina genericamente de cognição social, onde se pretende ultrapassar o reducionismo individualista-cognitivista.

Em relação à tradição do individualismo, um grupo de psicólogos, reunidos em torno de Tajfel (1981), contribuiu, através de pesquisa experimental de laboratório e de campo, para o surgimento de diversas teorias como as do comportamento intergrupar, da comparação social, da categorização social, etc. Os achados empíricos dessas teorias possibilitaram, por outro lado, o desenvolvimento de uma teoria integrativa, a teoria da identidade social (Tajfel, 1978; Tajfel e Turner, 1982).

Somente para exemplificar, a teoria da comparação social parte de uma posição diferente daquela adotada por Festinger (1954) em sua teoria homônima. Para Tajfel (1978), os indivíduos não se comparam unicamente entre si mas comparam, também, seus grupos a outros e se comportam influenciados pelas comparações e pelas filiações categóricas. As comparações e categorizações estariam na base dos processos formadores da identidade social.

No dizer de Turner e Oakes (1986), o interacionismo pretende integrar os processos psicológicos - as propriedades mentais dos indivíduos - e o social - os produtos das relações entre esses indivíduos.

Os autores que defendem a posição do interacionismo partem de alguns pressupostos comuns: a) de que há uma interação contínua entre os processos psicológicos dos indivíduos e os fatos chamados sociais; b) de que o indivíduo faz parte de um processo histórico que determina a sua criação pessoal; c) de que os processos sociais (políticos, culturais e econômicos) se apresentam como realidades próprias, não redutíveis aos indivíduos e se constituem de fatores da realidade psicológica destes, sobre os quais produzem percepções, comportamentos e representações sociais.

À GUIA DA CONCLUSÃO

Refletimos aqui as tendências da Psicologia Social. A do passado e do presente e a que pode vir a se tornar uma novidade em um futuro não muito distante. Longe de constituir um exercício de futurologia e sem pretensão de vanguardismo, representa um olhar crítico e talvez severo sobre o nosso passado e o nosso presente. Este olhar pode se direcionar tanto para o(s) objeto(s) da Psicologia Social quanto para os métodos ou

modelos de análise pelos quais seus problemas têm sido abordados.

Não resta dúvida que esta crítica aos modelos e explicações em Psicologia Social levamos, também, à análise da sociedade em que vivemos, da cultura que aqui se desenvolve e das especificidades das questões que emergem não apenas no contexto brasileiro mas também nos países avançados. O processo de mundialização da economia, o avanço das redes planetárias de informação, a transnacionalização de grande número de produtos de ponta no desenvolvimento tecnológico e econômico, a exacerbação do consumismo na televisão em escalada mundial, todos esses aspectos vão produzindo e introduzindo novas maneiras de ver o mundo e desenvolvendo uma nova subjetividade. Essa revolução produzida pela globalização da economia imporá a necessidade, já defendida por Berger e Luckmann (1983) de novos modelos e teorias. Porém o avanço da Psicologia Social, enquanto ciência, e a sua utilidade e aplicação, a curto e a longo prazo, em um mundo extraordinariamente dinâmico, dependem, fundamentalmente, do aperfeiçoamento metodológico no trato com esses problemas. Tal aperfeiçoamento tem como base os modelos de análise e a própria epistemologia em que a Psicologia Social se sustenta.

Cada um dos paradigmas traz implícita uma opção ontológica e epistemológica que pode ampliar ou limitar as possibilidades de desenvolvimento da disciplina. Se concordarmos que os indivíduos não são produtos de si mesmos em termos de leis biológicas, ou seja, não são animais socializados, e que, por extensão, os grupos e a sociedade não são a soma das características dos indivíduos que a compõem, torna-se necessária uma visão integrativa em que tais elementos (indivíduo e sociedade) sejam compreendidos como faces de uma mesma moeda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLPORT, F. (1924). *Social Psychology*. Boston: Houghton Mifflin.
- ASCH, S. (1960). *Psicologia Social* (vol.2) São Paulo: Cia Editora Nacional.
- BERGER, P. I. e LUCKMANN, T. (1983). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- BILLIG, M. (1976). *Social Psychology and intergroup relations*. London: Academic Press.
- DEL PRETTE, A. (1991). Do estudo de grupos ao estudo dos movimentos sociais: a contribuição possível da psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 7 (3), 247-253.
- DEL PRETTE, A. (1994). A Psicologia Social e a análise do fato social. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7, (2), 125-132.
- DEL PRETTE, A. (1995). Teoria das minorias ativas; pressupostos, conceitos e desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 11, (2), 145-153.
- DOISE, W. (1984). Social representations, inter-group experiments and levels of analysis. Em R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations*. Cambridge: Cambridge Press.
- DOISE, W. (1985). Le développement social de l'intelligence. Em: Mugny, G. (Ed.), *Psychologie Sociale du développement cognitif*. Berne: Peter Lang.
- DOISE, W. e MUGNY, G. (1981). *La construction sociale de intelligence*. Paris: Interéditions.
- DUCK, S. (1980). Taking the past to heart - on of the future of Social Psychology. Em: R. Gilmour & S. Duck (Eds.), *The development of Social Psychology*. London: Academic Press.
- DURKHEIM, E. (1972). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- FESTINGER, L. A. (1954). Theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-140.
- KÄES, R. (1984). Representation and mentalization: from the represented group process. Em: R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAASS, A. e CLARK III, R. D. (1984) The hidden impact of minorities: fourteen years of minority influence research. *Psychological Bulletin*, 95, 423-450.
- MOSCOVICI, S. (1972) Society and theory in Social Psychology. Em: J. Israel & H. Tajfel (Orgs.), *The context of Social Psychology*. New York: Academic Press.
- MOSCOVICI, S. (1978). *A representação da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MOSCOVICI, S. (1979). *Psychologie des minorités actives*. Paris: Press Universitaire de France.
- MOSCOVICI, S. (1980) Toward a theory of conversion behavior. Em: L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*. New York: Academic Press.
- sociais. *Ciência e Cultura*, 42 (12), 1061-1066
- DEL PRETTE, A. (1990b). *Movimentos sociais em uma perspectiva psicológico-social: O Movimento de Luta Contra o Desemprego*. Tese de doutorado: Universidade de São Paulo.

- MOSCOVICI, S. (1984). The phenomenon of social representations. Em: R. M. Farr & S. Moscovici (Eds.) *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MUGNY, G. (1982). *The power of minorities*. New York: Academic Press.
- MUGNY, G. (1984). The influence of minorities: ten years later. Em: H. Tajfel (Org.), *The social dimension* (vol. II) New York: Cambridge University Press.
- MUGNY, G., DE PAOLIS, P. e CARUGATI, F. (1984). Social interaction in cognitive development. Em: W. Doise e A. Palmonari (Eds), *Social interaction in individual development*. Cambridge: Cambridge University Press
- MUGNY, G. e CARUGATI, F. (1989). *Social representations of intelligence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SAMPSON, E. E. (1981). Cognitive psychology as ideology. *American Psychologist*, 36(7) 730-743.
- SHERIF, M. (1967). *Group conflict and cooperation: their Social Psychology*. London: Routledge & Kegan Paul.
- STEINER, F. D. (1974). Whatever happened to the group in Social Psychology? *Journal of Experimental Social Psychology*, 10, 94-108.
- TAJFEL, H. (1972). Experiments in a vacuum. Em: J. Israel & H. Tajfel (Orgs.), *The context of Social Psychology: a critical assessment*. New York: Academic Press.
- TAJFEL, H. (1978). *Differentiation between social groups*. New York: Academic Press.
- TAJFEL, H. (1981). *Human groups in social categories*. New York: Cambridge University Press.
- TAJFEL, H. e TURNER, J. C. (1982). The social identity theory of intergroup behavior. Em: S. Worchel & W. G. Austin (Eds.), *Psychology of intergroup relations*. Chicago: Nelson Hall.
- TURNER, J. C. (1981). The experimental Social Psychology of intergroup behavior. Em: J. C. Turner e H. Giles (Orgs.), *Intergroup behavior*. Chicago: University Press.
- TURNER, J. C. e OAKES, J. P. (1986). The significance of social identity concept for psychology with reference to individualism, interactionism and social influence. *British Journal of Social Psychology*, 25, 237-252